Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O Serviço Nacional de Saúde está mais forte no presente do que no início da legislatura. O reforço do investimento em meios humanos, técnicos e materiais no Serviço Nacional de Saúde estão a dar frutos. Hoje há mais de 7 mil novos profissionais no SNS relativamente a 2015, estão em construção mais de cem centros de saúde por todo o País e as estatísticas confirmam que os portugueses tiveram acesso a mais consultas e cirurgias, tendo globalmente diminuído os tempos médios de espera.

Desde o início da legislatura que vimos periodicamente prestar contas a esta Assembleia sobre o rumo seguido na política de saúde. Sempre o fizemos com clareza, tanto do ponto de vista institucional, como no que ao cidadão se refere. Criamos e dotamos o novo portal do SNS num verdadeiro instrumento de transparência, com várias funcionalidades pioneiras a nível mundial. Os utentes podem verificar *online*, em tempo real, os tempos médios de espera por unidade hospitalar e que alternativas existem na prestação de cuidados, quais

os centros de saúde com horários alargados, assim como um conjunto de indicadores de monitorização mensal relacionados com o acesso, a qualidade e a eficiência do SNS.

E a verdade é que os principais indicadores revelam que nos últimos dois anos os serviços públicos de saúde estão a prestar um melhor serviço aos portugueses. O trabalho do nosso país na área da saúde é reconhecido por estudos independentes. Para citar o mais recente, no EHCI – *Euro Health Consumer Index* (classificação dos sistemas de saúde da Europa), em 2017 Portugal situa-se na 14.ª posição, numa avaliação de 35 países, após ter ocupado o 20.º lugar em 2015, acima de países como o Reino Unido (15.º lugar), a Espanha (18.º lugar), a Itália (21.º) e a Irlanda (24.º).

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O acesso aos serviços de saúde é hoje mais fácil do que quando tomamos posse.

Garantimos uma redução global do valor das taxas moderadoras, eliminando o pagamento sempre que o utente é referenciado pelos cuidados de saúde primários, pelo SNS 24 e nos casos em que o utente é dador benévolo de sangue, ou quando pertence a

corporações de bombeiros. As medidas de poupança para os utentes foram sublinhadas também com a redução dos encargos com o transporte não urgente de doentes e instituiu-se o transporte gratuito para doentes em cuidados paliativos.

Outro marco foi a criação do novo centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde (SNS24), com mais funcionalidades, onde os utentes são aconselhados e encaminhados para os serviços de saúde adequados por profissionais qualificados, à distância de uma simples chamada telefónica.

Alargaram-se as possibilidades de escolha para os doentes e suas famílias com a introdução do princípio de Livre Acesso e Circulação (LAC) no SNS. Assim, quando o cidadão necessita de uma consulta hospitalar pode optar por qualquer uma das instituições do SNS onde exista a especialidade em causa e se verifique melhor capacidade de resposta.

Os cidadãos têm mais acesso a medicamentos, como podemos constatar da leitura do relatório anual do INFARMED, publicado este mês.

Em 2017, os portugueses adquiriram mais 1,4 milhões de embalagens de medicamentos nas farmácias face a 2016, o maior volume dos últimos cinco anos.

O valor suportado pelo cidadão em cada embalagem baixou, assim como o encargo médio por embalagem.

No ano passado registou-se a maior aprovação de medicamentos inovadores de sempre no SNS, com a aprovação de 60 fármacos inovadores, o que contribui para a acessibilidade à inovação terapêutica.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O foco na proximidade é o eixo estruturante da verdadeira reforma do SNS em curso. A reforma do sistema prossegue ao nível dos cuidados de saúde primários, hospitalares e continuados.

Nos cuidados de saúde primários, estão em projeto ou em construção mais de uma centena de novos centros de saúde por todo o país.

Temos mais 500 mil pessoas com médico de família atribuído, o que contribui para que cerca de 94% da população tenha já cobertura dos cuidados de saúde primários. Registamos também um acréscimo de consultas médicas nos Cuidados de Saúde Primários.

Os Centros de Saúde foram dotados de mais psicólogos, nutricionistas e meios complementares de diagnóstico e terapêutica. Mais de 5 Dezenas de Unidades de Cuidados de Saúde Primários realizam consultas de saúde oral estando o alargamento previsto a todos os Agrupamentos de Centros de Saúde até ao final da legislatura.

Nos cuidados de Saúde Hospitalares, estamos a recuperar o SNS, reforçando o investimento.

Foram lançados os processos com vista à construção dos novos hospitais no Seixal, Évora, Sintra e Lisboa Oriental. E está a ser realizada a modernização dos equipamentos, nomeadamente com o programa de eficiência energética, cujo montante global supera os 100 milhões de euros.

Merecem destaque as 154 iniciativas em curso no âmbito do Portugal 2020, que representam um volume de investimento superior a 229 M€.

Estamos a realizar o maior reforço de capital estatutário nos hospitais empresas (EPE) nos últimos 40 anos. Desta forma, através da injeção de cerca de 1,4 mil milhões de euros para pagar dívidas a fornecedores, será possível atingir o valor da dívida mais baixo de sempre no SNS.

Realizamos no presente dia as Jornadas Hospitalares do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Apresentamos a melhor taxa de ambulatorização cirúrgica de sempre e o valor mais elevado de cirurgias realizadas anualmente em relação a 2015.

Cresceu o número de Transplantes realizados anualmente.
No que respeita a Hepatite C, cerca de 9 mil doentes ficaram curados em 3 anos. Mais de 15 mil pacientes iniciaram tratamento neste período.

Nos Cuidados Continuados Integrados, este Governo abriu mais 1480 camas. Foram também já assinadas 543 novas respostas de internamento para 2018. Pela primeira vez constituíram-se 364 camas/lugares de cuidados integrados de saúde mental.

Apostámos igualmente na implementação da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, inaugurando a primeira unidade pediátrica deste tipo de cuidados da Península Ibérica. Assinámos também

recentemente um acordo com a fundação LA Caixa para unir esforços neste domínio.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores deputados

Este Governo tem respondido às reivindicações dos profissionais de saúde. Os dois primeiros anos da legislatura foram de particular enfoque no investimento, no reforço e na valorização do "capital humano" do SNS, tendo sido concretizada a maior contratação de profissionais para o SNS desde sempre.

As mais variadas áreas das profissões da saúde estão em negociação desde o início da legislatura com o Ministério da Saúde. O Governo tem a obrigação de apreciar essas mesmas reivindicações procurando compromissos que sejam enquadráveis nas possibilidades do país, tendo em conta a satisfação de um conjunto amplo de necessidades num quadro de recursos limitados. Têm-se feito avanços importantes, recordem-se medidas como a reposição de salários, do valor das horas extraordinárias, as 35 horas, ou a criação das novas carreiras dos técnicos superiores de

diagnóstico e terapêutica, a carreira especial de técnico de emergência pré-hospitalar (TEPH) e a carreira farmacêutica hospitalar.

O concurso para médicos especialistas em Medicina Geral e Familiar está a avançar.

O concurso para os restantes especialistas avança esta semana.

Os enfermeiros vão receber o subsídio de 150 euros. Estamos a negociar a revisão da carreira.

Alargou-se o pacote de incentivos que permitiu aumentar o número de médicos colocados em regiões carenciadas, nomeadamente no interior do país, invertendo da tendência da emigração de profissionais de saúde que se verificou no período de assistência financeira a Portugal.

Foi publicado esta semana o despacho que define o regime jurídico da formação médica pós-graduada. Os médicos internos passam a ter um limite de 12 horas semanais de trabalho nos serviços de urgência e nos cuidados intensivos, a cumprir num único período. Determina ainda que o novo modelo da prova nacional de acesso entra em vigor a partir do concurso do próximo ano, indo ao encontro de pretensões de médicos e estudantes de Medicina há longos anos.

Melhoramos as condições para os profissionais no sistema, mas também contratamos mais. O SNS conta hoje com + 7000 novos profissionais, dos quais mais + 2000 novos médicos e + 2800 novos enfermeiros.

Está ainda a ser promovido o reforço de meios do INEM. Em 2017/2018, assinou-se o compromisso para o objetivo de colocar uma ambulância do INEM em todos os concelhos do país e foram assinados 40 protocolos de renovação das ambulâncias do afetas aos Postos de Emergência Médica (PEM) e criados mais 12 novos PEM. Este ano, será concluída a renovação integral das 44 unidades da frota de VMER.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores deputados

O Ministério definiu como um dos seus eixos prioritários de ação a promoção de saúde pública, dando especial ênfase às áreas da alimentação saudável, luta contra o tabagismo e promoção

da atividade física. Já em 2018 a OMS felicitou Portugal por estas iniciativas. Na passada semana, na base da responsabilidade social, os quatro canais de televisão aceitaram passar, em simultâneo, ao longo do ano, mensagens promotoras de saúde pública, sendo a primeira a da promoção da alimentação saudável.

Reforçamos a estratégia vacinal com o Novo Programa Nacional de Vacinação.

Implementamos a Cobertura nacional no âmbito dos rastreios de base populacional nas áreas do cancro da mama, do cancro do colo do útero, do cancro do cólon e reto e da retinopatia diabética.

Destaque também para o Projeto-piloto “SNS + Proximidade” que tem como objetivo facilitar o acesso e o percurso dos utentes no SNS.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores deputados

Em 2019, no final da legislatura, o SNS comemora 40 anos. Reafirmamos que esta efeméride constitui uma oportunidade histórica para o lançamento da proposta para a nova Lei de Bases de Saúde, o que faremos ouvindo a sociedade civil e analisando todos os contributos daqueles que, como nós, pretendem preparar o SNS para as gerações vindouras, garantindo o acesso universal dos

portugueses aos cuidados de saúde, independentemente da sua condição social ou económica.

No Governo continuaremos a executar o programa de governo de forma responsável e cumprindo com os compromissos assumidos com os Portugueses. Cerca de 80% das medidas previstas para a legislatura foram já lançadas.

Só através de um SNS de excelência se garante o acesso universal a cuidados de saúde com qualidade a todos os portugueses. Só reforçando a equidade no acesso e a qualidade dos serviços públicos prestados, se defendem os cidadãos e o Estado Social.